

UM “INCONFIDENTE” NAS MATAS DESERTAS DO JEQUITINHONHA: A TRAJETÓRIA DE JOSE PEREIRA FREIRE DE MOURA, O DOUTOR DE MINAS NOVAS

Fabrcio Luiz Pereira *

O nome como fio condutor

No dia 4 de fevereiro de 1808, os oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas registraram um ofício enviado pelo governador da capitania de Minas Gerais solicitando a eleição de um procurador para o beija-mão do Príncipe Regente, que estava próximo de desembarcar no Rio de Janeiro com parte significativa de sua Corte (APM. SG. Cx. 73. Doc. 20). Dias depois, os homens bons encaminharam o nome selecionado para a prestigiosa cerimônia: José Pereira Freire de Moura. Os camaristas justificaram a pequena demora na troca epistolar, “porque o dito capitão-mor mora em Tocoios distante 20 léguas e para ele poder fazer uma viagem tão prolongada e deixar providenciado o governo de sua grande casa e família” foi indispensável o tempo gasto.

Foi anotado que o capitão recebeu a comissão com muito gosto e nada quis aceitar do Senado para as despesas da viagem na então sede do vice-reinado do Estado do Brasil e que os camaristas tinham o prazer de indicar “um cidadão prudente, bem instruído em Diplomacia, Filosofia, Geografia e Humanidades”, cuja distinção se dava por “seu talento, conhecimentos literários e pelas suas virtudes morais e civis” (APM. CC. Cx. 34 – 30039). Curiosamente, esse homem tão virtuoso esteve anos antes imbricado no emaranhado de nomes envolvidos direta ou indiretamente em uma das mais complexas conspirações contra a monarquia experienciada na América portuguesa: a Inconfidência Mineira.

Capitão-mor, diretor de aldeamento, camarista, advogado, fazendeiro e inconfidente são facetas que se ligam a momentos distintos da vida de José Pereira Freire de Moura. Para compreender a trajetória desse personagem elegemos o *nome* como fio condutor de análise. Ginzburg, Castelnuovo e Poni em *A micro-história e outros ensaios*, dedicaram um capítulo ao tratamento da ideia do nome como elemento central da microanálise, uma vez que a escala reduzida – sem desconsiderar os *jogos de escala* entre as realidades micro e macro – possibilita “a reconstituição do vivido impensável”, na qual a história

*Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS/UFOP), atualmente é discente do Doutorado na mesma instituição.

de carne e sangue consegue se articular com as estruturas invisíveis das perspectivas macro (GINZBURG *et al.*, 1989, p. 178).

A pesquisa nominal deve ser articulada ao contexto social. Não se trata de biografia ou estudo de caso em torno de um personagem, mas de como este se relaciona e se insere no mundo que o cerca, aquilo que Edoardo Grendi denominou como *universo relacional*, ou seja, o campo das relações interpessoais de um indivíduo, que pode ser alcançado por meio de uma documentação fragmentada. Entretanto, esta deve ser cotejada com outros estudos, no intuito de compreensão de um dado contexto histórico (GRENDI, 2009).

Tanto Ginzburg quanto Grendi destacaram a importância dos documentos paroquiais e cartoriais para as microanálises que têm o nome como fio condutor, o que não é o caso deste estudo em particular, não por falta de esforços, mas pela dificuldade de se encontrar tais registros. Todavia, tentou-se suprir essa ausência com dados arrolados em duas pesquisas acerca da genealogia da família Freire de Moura (TRINDADE, 1943; PIMENTA, 1959). Sendo assim, parte significativa da documentação levantada para este artigo é originária de processos administrativos; logo, é importante reconhecer que as fontes mostram facetas desse indivíduo circunscritas dentro de uma lógica institucional, o que também contempla uma realidade da sociedade que a produziu.

O *universo relacional* se vincula à base de dados coletados sobre o indivíduo em questão. No entanto, Álvaro de Araujo Antunes alude que, esses registros correspondem a momentos distintos da vida de uma pessoa, como em um espelho de cem faces, nas quais as diversas interações são construídas a partir de uma situação em particular e acabam por desvendar a produção do mundo social por meio de alianças e conflitos que ocorrem ao longo do tempo (ANTUNES, 2004, p. 19).

Este artigo visa, portanto, reconstituir a trajetória de José Pereira Freire de Moura antes, durante e depois do episódio da Inconfidência Mineira, marco aparentemente central em sua trajetória, especialmente para Pimenta (1959) e Pereira (1969). Para tal, na primeira parte do texto, discorrer-se-á sobre sua origem e inserção à malha administrativa do Império português; no segundo momento será questionada a sua participação na conspiração contra a monarquia lusa e, por fim, o que motivou o personagem a “se refugiar” nas matas desertas do Jequitinhonha.

Distinção social: advogado e homem bom nas Minas Novas do Araçuaí

Em 1728, as Minas Novas do Araçuaí, recém-manifestadas pelo paulista Sebastião Leme do Prado, foram palco de disputa entre as autoridades coloniais. Dom Lourenço de Almeida, governador de Minas Gerais, entrou em conflito com o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses para o controle administrativo dos achados (VASCONCELOS, 1974, p. 51-58). A querela intra-autoridades teve como consequência uma *jurisdição mista* na Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas, localizada no limite da capitania da Bahia com as Minas. Por um lado, os assuntos administrativos e militares ficaram a cargo do vice-reinado, por outro lado as questões jurídicas ficaram sob a alçada do ouvidor do Serro do Frio. Dentro de um contexto de uma monarquia corporativista, o rei exerceu sua função arbitral e mediou o conflito a favor de Vasco Fernandes; todavia manteve uma interferência, ainda que indireta, do governador de Minas Gerais.

O Conde de Sabugosa, com a experiência adquirida nas vilas auríferas de Jacobina e Rio das Contas, enviou um superintendente para regulamentar a distribuição das datas minerais e instituir a cobrança do quinto. O coronel Pedro Leolino Mariz foi designado para a tarefa e assumiu o posto. Logo nos primórdios da povoação, a ação de régulos ameaçava a presença dos representantes régios, o que denotava o caráter instável das regiões fronteiriças. Para apaziguar os ânimos e resguardar-se no poder, Mariz contou com a ajuda de Belchior dos Reis de Mello.

No intuito de conservar a Casa de Fundição, impedir o contrabando e evitar a ação de régulos na região dos achados, que se encontrava povoada (de acordo com as autoridades com mais de 40 mil pessoas), foi criada uma Tropa dos Dragões na Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Em 1732, Mello recebeu a carta patente de capitão e armou a sua custa a nova tropa, que contaria inicialmente com tenente, alferes, furriel, tambor e 40 soldados. O capitão tinha um largo histórico com as forças militares, por 16 anos serviu como sargento e alferes da Ordenança na Bahia, capitão-mor de uma Companhia de Auxiliares em Itaverava e antes de entrar nas Minas Novas foi capitão e depois sargento da Ordenança em Vila Rica (APEB, Códice: 253, f. 44).

Em 1744, Belchior dos Reis Mello, ainda capitão da Tropa dos Dragões, solicitou a nomeação do sobrinho Carlos José Pereira ao posto de alferes da companhia que liderava, o que foi negado pelo vice-rei, uma vez que o soldado não tinha o tempo de serviço previsto no Regimento para ocupar o cargo (AHU. Cx. 44. Doc. 72). Anos depois, em 1769, há um registro no qual Carlos José Pereira, tenente da Tropa dos Dragões, fora designado pelo governador para uma missão na Serra de Itacambira (PARRELA, 2009, p. 57). É, pois, dessa maneira que a família Freire de Moura se inseriu nas Minas Novas, por meio dos laços familiares e dos serviços bélicos.

A ascendência de Carlos José Pereira remetia à Vila de Cachoeira, capitania da Bahia, sendo neto do capitão José Pereira Freire de Moura e filho do sargento-mor de mesmo nome. Nota-se que o nome era transmitido por geração, assim como o nome de Carlos seria herdado por um dos seus netos. Como expõe Pimenta (1959, p. 206), Carlos José seguiu carreira militar em Salvador; em razão da enfermidade de sua mãe requereu licença e, descumprindo o prazo de retorno à tropa, foi considerado desertor. Perseguido pelos militares fugiu para os sertões vestido de mulher e se refugiou na vila de Urubu entre a parentela Moura e posteriormente chegou à Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso, onde residia o abastado negociante, fazendeiro e capitão Belchior Reis de Mello, irmão de sua mãe. Em Minas Novas, Carlos casou-se com D. Luzia Pereira Lima, sobrinha de Belchior, e desse enlace teve três filhos: José Pereira, Serafim e Dona Izabel.

Não se sabe ao certo como a família Freire de Moura prosperou na região, mas o fato é que Carlos José Pereira constituiu um cabedal capaz de enviar o primogênito para os estudos em Coimbra. Diferentemente dos domínios espanhóis na América, a única forma de cursar o ensino superior para os colonos portugueses estava do outro lado do Atlântico, e o destino mais frequente era a Universidade de Coimbra. Para o acesso à formação superior, o candidato precisava ter concluído os “estudos menores”, o conhecimento de retórica era obrigatório em todos os cursos e, no que se refere aos cursos de Leis e Cânones, o conhecimento em latim, lógica, metafísica, ética e grego também eram avaliados em exame.

No caso de José Pereira havia três possibilidades de concluir os “estudos menores”: ter estudado em algum Seminário – Salvador ou Mariana, os mais próximos a Minas Novas; aulas particulares, uma vez que as “aulas régias” só foram criadas por Pombal em 1772; ou a conclusão dos estudos na própria metrópole (ANTUNES, 2004, p. 149). De acordo com o banco de dados do *site My Heritage*, Freire de Moura nasceu na atual região de Rio Pardo de Minas em 1740, se levarmos em conta esse dado pode-se afirmar que ele ingressou nos estudos superiores com 26 anos, uma vez que sua matrícula foi registrada em 01 de outubro de 1766 e a formatura em Cânones em março de 1770 (AUC: M. 011658). Nos escritos de Leopoldo Pereira (1969, p. 99), o autor afirmou que advogado também se formou em Matemática. Por sua vez, Pimenta (1959, p. 209) asseverou que, além do curso de Direito, Freire de Moura estudou Engenharia, o que não procede de acordo com os dados levantados na universidade. Na concepção de Pimenta (1959, p. 210), foi nesse período que José Pereira conheceu Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, José Alves Maciel

localizada no litoral, a elite política tinha a liberdade de realizar a administração local à sua maneira, longe da fiscalização da Coroa.

Isso implicará, segundo Tanya Brandão, na ruptura da hierarquia administrativa do Império (2012, p. 137). No entanto, a autora reforça que, apesar de certa autonomia, o poder local não ameaçava o poder soberano, uma vez que as suas reações e insatisfações não atingiam a figura do Rei e nem da Igreja, por exemplo. Dessa forma, o poder local juntamente com o poder metropolitano pôde coexistir sem maiores problemas e se legitimam no processo da economia das mercês.³

Destaca-se uma outra instituição poderosa que detinha um poder simbólico significativo e decisivo nos interesses da Coroa: a Igreja. Sobre isso, Rodrigo Fonseca (2012) discute a respeito da criação da Matriz de Nossa Senhora da Vitória na então Vila da Mocha, primeira sede administrativa do Piauí Colonial. A referida edificação, dado o regime de padroado, serviria para demarcar material e simbolicamente a conquista do território. Assim, é preciso considerar a criação de uma Igreja que interferia, de certa maneira, nas relações sociais, uma vez que atrairia os fiéis às suas celebrações e festividades. Ademais, cabe ressaltar que a influência do poder eclesiástico não ficava restrito ao campo religioso, ou seja, a conduzir as almas para a salvação, ele também interferia no poder secular: era “prepotente nas ações políticas” (Fonseca, 2012, p. 205), sendo este mesmo poder um dos responsáveis no processo de ocupação da Capitania, como discutido por Pedrina Nunes de Araújo (2022), ao analisar a atuação dos Bispados de Pernambuco e do Maranhão na formação do território colonial do Piauí.

Como já mencionamos, a conquista do território da Capitania deu-se em razão da instalação de currais de gado e o estabelecimento da pecuária como a base econômica da região. Para isso, precisavam estabelecer-se em terras já ocupadas pelos “gentios bárbaros”. Sobre isso, Odilon Nunes afirma que “os gentios não compreendiam, nem podiam compreender ainda a razão por que outros homens invadiam as suas terras e colocavam nelas currais, dificultando-lhes a própria subsistência” (1975, p. 83). Assim, para atender aos seus objetivos de povoar e, com isso, desfrutar das benesses que a posse de terras lhes trazia, os fazendeiros e os curraleiros investiam em guerras com o fito de exterminar os nativos das terras. Fica clara a intenção dos fazendeiros em relação aos nativos: o “esmagamento completo do indígena, para a expansão tranquila de seus rebanhos” seria a opção mais viável. Entretanto, é preciso levar em consideração a intenção dos demais agentes coloniais como a Coroa e a Igreja, esta representada pela figura dos jesuítas para com a questão indígena. Esses agentes, por seu turno, defendiam o aldeamento indígena como sendo eficaz para conter

³ Sobre a cultura política das mercês ver: OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641–1789)*. Lisboa: Editora Estar, 2001; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Conquista, Mercês e Poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a Cultura política do Antigo Regime. Almanack brasileiro*, nº 2, nov., 2005; MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares (orgs.). *Optima Pars: Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Estudos Sociais, 2005; RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda editorial, 2008; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

diversa em termos raciais, de tal modo que nem sempre essas exigências eram cumpridas à risca (BOXER, 2011, p. 272).

Em 1774, os quatro oficiais da Câmara da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas enviaram listas tríplice nominais daqueles com predicados necessários, leia-se “homem branco e com posses”, para ocuparem os cargos de guarda-mor das minas localizadas ao longo do Araçuaí, além da vila, contemplava as freguesias de Santa Cruz da Chapada, Água Suja, Sucuriú e São Domingos e Pega. O Dr. José Pereira assinou - com letra elegante e legível - todos os documentos, nos quais os cargos não se distinguiram entre si, assim, não há como afirmar qual posto ele ocupava. Nesses escritos, mais uma vez, o nome de Freire de Moura se entrelaçava a outro importante personagem da Inconfidência Mineira: na proposta do posto de guarda-mor do Arraial de São Domingos e Pega, o primeiro indicado da lista era o então capitão Domingos de Abreu Vieira (APM. SG. Cx. 07. Doc.45).

Já no início da década de 1780, há um registro de demarcação dos limites das comarcas do Serro do Frio com o termo da Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso. A imprecisão territorial, desde os primórdios da ocupação das Minas Novas, suscitou conflitos em diversas instâncias do corpo administrativo. Importamos, especificamente nessa fonte, é que no limite desses territórios, na parte norte da Vila do Príncipe, já no termo de Minas Novas, estava localizada a Fazenda Feliz, que pertencia ao Doutor José Pereira (RAPM, 1896, p. 777). Na biografia escrita por Pimenta (1959, p. 209), há menção a outras três fazendas: da Prata, Alagadiço e Papagaio. Portanto, o advogado diversificava suas atividades econômicas com a agricultura, cuja maior produção em Minas Novas naquele momento se concentrava na cultura do algodão (PRADO JR., 2011, p. 80).

O universo de José Pereira Freire de Moura, até a década de 1780, era assim resumido: advogado formado em Coimbra, com posses de terra, eleito para compor o corpo camarário, o que ressaltava a sua distinção social conforme era almejado em uma sociedade escravista, mas com pretensões estamentais. No entanto, impõem-se algumas questões: como esse homem se inseriu no conjunto de personagens que foram acusados em 1789 de orquestrar um grande levante contra a monarquia lusa na capitania de Minas Gerais? Qual teria sido o papel de Freire de Moura? Quais as ligações que ele teria estabelecido com os outros partícipes da Inconfidência?

Inconfidência Mineira e a fuga para os sertões

A participação de José Pereira Freire de Moura na Inconfidência teria sido decisiva para uma mudança radical em sua trajetória. Para Leopoldo Pereira (1969, p. 99):

por ocasião da Inconfidência Mineira, ele, que fora colega de Cláudio Manuel da Costa e outros homens eminentes de Coimbra, implicou-se na revolta. Abafada esta, para escapar à perseguição, saiu de Minas Novas e refugiou-se nas matas desertas do Jequitinhonha.

Já na biografia de Pimenta, o episódio é mais bem detalhado, sob o ponto de vista do autor Freire de Moura era um homem com:

Espírito culto, liberal e patriota, entretinha relações com o Dr. Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, José Alves Maciel e Inácio J. de Alvarenga Peixoto, seus colegas e contemporâneos da Universidade de Coimbra, com os quais trocava ideias sobre a Inconfidência e independência da Pátria; e abraçando este nobre ideal planejado em Vila Rica, fez parte da Conjuração ou Inconfidência Mineira, e ficou encarregado do movimento e propaganda no norte de Minas, conjuntamente com o Pe. Rolim, residente no Tejuco. (PIMENTA, 1959, p. 210).

Freire de Moura estaria, ainda, envolvido na intrigante passagem de Tiradentes por Minas Novas, em que o alferes teria ido mascatear e acabou envolvido em uma confusão que resultou em sua prisão. Pimenta (1959, p. 210) afirmou que Freire de Moura “hospedou o Tiradentes em Minas Novas, quando ali esteve, ficando combinado o plano”.

A despeito das afirmações de Pimenta, ressalta-se que a biografia se originou das “escrupulosas pesquisas” do deputado estadual Coronel Inácio Carlos Moreira Murta, que coligiu os dados genealógicos de sua estirpe “com o fim de fazê-los imprimir para o uso de seus filhos e netos” e os cedeu para o bispo (PIMENTA, 1959, p. 54). O Coronel Murta era descendente do entrelaçamento das famílias “Figueiredo Murta” e “Freire de Moura”. Por conseguinte, o biógrafo fiou-se dos escritos de uma pessoa diretamente interessada na reconstrução dos dados históricos daquela linhagem. Pode-se conjecturar que esses saberes foram resultantes da tradição oral perpassada por gerações, o que não deslegitima a informação, todavia nos coloca diante da impossibilidade de comprovação de alguns dados. Há um claro interesse de Pimenta em ressignificar a passagem do advogado em relação à Inconfidência, visto que no período republicano o episódio ganha uma nova significação e Tiradentes começa a figurar no panteão de heróis nacionais. Assim, “fracassando a nobre e patriótica tentativa, foi o Dr. José Pereira perseguido; e só pode escapar fugindo-se nas então desertas matas do Jequitinhonha” (*Ibidem*, p. 210). Contudo, como é possível

verificar a presença de José Pereira na Inconfidência com base na documentação coeva? Além disso, como explicar a “fuga” do advogado para os confins do Jequitinhonha?

Para compreender a possível participação de Freire de Moura recorreremos aos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM), nos quais o advogado foi referido pelos jurados em alguns momentos como o *Doutor de Minas Novas*. O primeiro a citá-lo foi o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, residente no termo da vila de São José. Perguntado no dia 15 de junho de 1789 sobre a sucessão dos fatos, em determinado momento o coronel relatou que o Padre José da Silva e Oliveira Rolim estava incumbido de “aprontar toda a gente do Serro”, e que este contava com a presença do Dr. José Correia da Silva, morador do Sabará, e um doutor das partes das Minas Novas. Oliveira Lopes, mais a frente em seu depoimento, disse que o “Pe. José da Silva [entraria com] o Serro todo, unido com o doutor de Minas Novas” (ADIM, v.2, p. 46).

A segunda citação ao Doutor José Pereira ocorreu na inquirição feita ao tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, no dia 27 de junho de 1789. O interrogatório naquele momento se centrava na relação deste com o Padre Rolim, que propagandeava o motim na comarca do Serro do Frio. Questionado se estava planejando ir para as Minas Novas com o objetivo de conciliar ali novos confederados, o tenente-coronel negou e disse que sua viagem destinava-se às cobranças dos pagamentos à Fazenda Real, visto que fora o arrematante do contrato dos dízimos no triênio de 1784 - 1786; no entanto, revelou que o dito Padre e o Alferes Joaquim José da Silva Xavier insistiram que ele escrevesse ao Dr. José Pereira, residente em Minas Novas, a fim de cooptá-lo para integrar ao grupo (ADIM, V.2, p. 25).

A terceira menção ao Dr. José Pereira ocorreu na inquirição feita no dia 20 de fevereiro de 1790, ao irmão do Pe. Rolim, Alberto da Silva, que residia em Minas Novas com a esposa e vivia “de seu negócio”. As questões feitas a Alberto giravam em torno do seu irmão, que havia praticado diversos delitos na comarca do Serro do Frio. Inferido sobre onde estava durante a fuga do clérigo, respondeu:

que se achava na sua roça do Itambé (Fazenda das Almas, em Itambé do Mato Dentro) e que, tendo notícia da chegada do dito seu irmão, o veio esperar mais adiante, à sua lavra do Ouro Fino, donde o acompanhou até o Tejuco. E demorou-se ali dois ou três dias. *Partiu logo para a fazenda do Dr. José Pereira (Freire de Moura), chamada Macaúba, distante seis léguas de Minas Novas, onde ele, respondente, ordinariamente reside por ter ali sua mulher, irmã do dito Dr. José Pereira Freire de Moura.* (ADIM, v. 3, P. 145).

Por fim, o nome de José Pereira apareceu na lista de créditos a serem recebidos por Domingos de Abreu, com uma dívida de 30.562 réis. O que ligava o nome do advogado ao levante, de acordo com os autos, era a tentativa do Pe. Rolim em cooptar sua participação. Os outros fatos, em verdade, não passavam de questões mais ordinárias, como uma dívida e a sua residência em Minas Novas. É patente que existe a possibilidade do Doutor de Minas Novas ter sido poupado tanto por seus companheiros quanto pela própria justiça, que teria negligenciado alguns nomes, conforme inferiu Kenneth Maxwell em relação à proteção dada pelo visconde de Barbacena ao arrematante dos dízimos João Rodrigues de Macedo, por exemplo (MAXWELL, 2010, p. 255).

Para entender a suposta participação de José Pereira é preciso compreender a atuação do Pe. Rolim no nordeste da capitania. Filho do antigo tesoureiro dos diamantes do arraial do Tejuco, Oliveira Rolim era presbítero do Hábito de São Pedro e irmão de criação da célebre Chica da Silva. No Tejuco tinha negócios com a garimpagem em áreas proibidas, importação de escravizados e contrabando de pedras preciosas, sendo um dos inconfidentes mais afortunados, com créditos em várias comarcas de Minas, no Rio e na Bahia (*Ibidem*, p. 118). Em 1786, foi expulso do Serro do Frio, por ocasião de uma devassa aberta que o conectava diretamente ao contrabando de pedras com o mercado de Amsterdam. Uma vez banido do Serro, o Pe. Rolim iniciou seu périplo na tentativa de reaver o lugar no Distrito Diamantino. Sua extensa rede clientelar o levou a ficar hospedado na casa de Domingos de Abreu Vieira, onde teria participado dos conventículos. Maxwell (2010, p. 200) divide os inconfidentes em três grupos: os ideólogos responsáveis pelos projetos e constituições de leis; os contratantes, interessados nas questões financeiras; e, por fim, os ativistas, que levariam a proposta de sedição para as outras comarcas e iriam estruturar parcerias para a realização do evento. O Pe. Rolim estaria inserido no terceiro grupo, em suas andanças clandestinas no Serro do Frio implicou os irmãos, fazendeiros e até mesmo nomes importantes da Intendência dos Diamantes.

A ligação entre Pe. Rolim e o Dr. José Pereira Freire de Moura estava estabelecida por laços familiares, em especial através da sobrinha de ambos Ana Clara Freire, que foi decisiva durante a devassa para apontar as contradições do clérigo. Faltam estudos voltados para a participação dos moradores das Minas Novas no projeto dos Inconfidentes, no entanto, fica patente, na leitura dos Autos de Devassa, que o salitre explorado naqueles sertões foi um elemento considerado para orquestrar as ações, além do envio de tropas militares.

O Doutor de Minas Novas, conforme o já exposto, era um homem distinto dentro daquela sociedade: advogado, camarista e dono de várias fazendas. A pergunta a ser feita

é: por que um nome aparentemente com pouco envolvimento, como dito por seu biógrafo, “refugiou-se nas matas desertas do Jequitinhonha”? Para responder à pergunta, pode-se aventar duas hipóteses. A primeira diz respeito à fama pública adquirida por aqueles que participaram direta ou indiretamente da Inconfidência Mineira. Em um livro recente, Álvaro Antunes e Luciano Figueiredo fizeram um estudo crítico acerca de um pasquim que circulou no distrito do Calambau, freguesia de Guarapiranga, em 1798, quase dez anos após irromperem as primeiras prisões dos partícipes do levante. Na sátira, o sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira era infamado por seu envolvimento, com colaboração dos familiares, na conspiração contra a monarquia portuguesa. Em síntese, o documento mostra uma condenação dos atos conspiratórios pelos contemporâneos: “o pasquim do Calambau, destilando grande fervor pela monarquia e pela religião católica, é um registro reacionário”, que representava uma mudança que perpassava pelas mentalidades dos grupos populares e intermediários nas Minas (ANTUNES; FIGUEIREDO, 2022, p. 158). Nesse sentido, é plausível que a má reputação possa ter se alastrado entre os habitantes das Minas Novas induzindo o advogado ao autoexílio em meio às matas do Jequitinhonha.

Entretanto, uma segunda hipótese deve ser contemplada: a conjuntura econômica da capitania. Em 1798, José Elói Ottoni redigiu uma extensa Memória sobre o estado de Minas Gerais e a crise que se instalava. Ottoni sugeriu que “os únicos meios mais poderosos de restabelecer e animar a população daquele país, e ainda mesmo de fomentar o objeto da mineração, consistem somente em se promoverem a agricultura e o comércio” (ABNRJ, 1980, p. 303). O primeiro ato para executar essa tarefa era abrir estradas francas que cortassem diretamente a leste de Vila Rica, do Serro do Frio e de Minas Novas, o que abreviaria “a maior parte da distância que vai da Capitania aos portos do mar” (*idem*). Isso significava devassar as áreas proibidas do Rio Doce até então ocupadas por povos indígenas de etnia macro-jê, os famosos Botocudo.

Durante quase toda a centúria, o Jequitinhonha foi controlado por guardas militares que evitavam o contrabando do diamante e a abertura de novas minas no curso do rio. José Pereira Freire de Moura fixou-se com sua parentela exatamente no último reduto militar - chamado Tocoíós. Desta feita, destaca-se que os memorialistas reproduziram uma mentalidade do período colonial, associando os sertões à desertos, ainda que fossem áreas ocupadas por indígenas e sob a vigilância de militares. Com larga experiência agrícola, não é de se estranhar que o fazendeiro quisesse ampliar

seus negócios, ainda mais em terras que foram herdadas por sua família, visto que seu sogro, um rico português chamado Antônio Pereira dos Santos, possuía uma extensa sesmaria na margem direita do Jequitinhonha, onde fundou o distrito de São Domingos, cujo limite era o Pontal – área de confluência entre os rios Jequitinhonha e Araçuaí (PIMENTA, 1959, p. 202). José Pereira Freire de Moura se estabeleceu nesses confins e passou a aldear os indígenas que ali viviam, fundando o aldeamento de Lorena dos Tocoíós, cujo primeiro nome homenageava o governador Bernardo Lorena e o segundo se referia ao posto militar fixado em um curso d'água de mesma nomenclatura.

Capitão-mor regente e a nobilitação na Ordem de Cristo

Advogado, fazendeiro, homem bom e possível inconfidente, a partir de 1799, a trajetória de José Pereira Freire de Moura ganhou outro direcionamento, o que lhe valeria a glória nos últimos anos de sua vida: fora designado pelo governador como capitão-mor regente dos indígenas Camarachós [sic] que estavam alojados na Guarda Diamantina de Tocoíós. Os indígenas apareceram no reduto militar com “demonstrações de quererem seguir a Santa Religião e de serem vassallos de Sua Majestade” e entregaram suas armas e utensílios domésticos (AHU. Cx. 148. Doc. 46). A prática não era incomum entre os povos que estavam em fuga na guerra com outros autóctones, sobretudo contra os Botocudo. Tratava-se, como atestou Mattos (2013, p. 85), de falantes do Maxacali, que utilizavam de uma imagem de “docilidade” para conquistar apoio junto à catequese. A estratégia indígena foi descoberta em 1804. A princípio, os colonos acreditavam que era um povo desconhecido, porém, com a chegada da expedição empreendida pelo capitão-mor João da Silva Santos – que saiu de Belmonte e chegou ao Pontal –, descobriram que os “recém contatados” eram velhos conhecidos de Caravelas, no litoral da Bahia.

Ao entrar em contato com os Camarachós, o Doutor José Pereira foi até a capital e passou a informação ao governador. Àquela altura o advogado vivia na fazenda da Onça com os vizinhos indígenas arranchados em Tocoíós. Bernardo José de Lorena incumbiu o botânico Doutor Joaquim Veloso de Miranda, também formado em Coimbra, para coletar informações sobre os indígenas e nomeou Freire de Moura como regente dos povos detectados, sob o seguinte argumento: “se desta vez, de baixo do cuidado de um hábil filósofo, e muito curioso, se não conseguir algum progresso, é necessário desistir do projeto de perfeita civilização dos Índios Ocidentais”. Com efeito, em 1799, o tenente comandante José da Silva Brandão redigiu um detalhado panorama dos mais de 80 indígenas estabelecidos em Tocoíós e relatou os batismos,

matrimônios, além de descrever as armas, vestimentas, ornamentos e tradições que mantinham no aldeamento (AHU. Cx. 148. Doc. 46).

No alvorecer do século XIX, em 1801, o governador de Minas Gerais redigiu uma missiva para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na qual relatava o bom resultado das providências dadas aos Índios Camarachós e informou que mandou passar patente de capitão-mor e regente ao dito José Pereira Freire de Moura, em 1800, “segundo o estilo desta capitania [...], sendo sempre Regentes Capitães-mores, bem como o da Vila da Campanha da Princesa” (AHU. Cx. 159. Doc. 39). O posto de capitão-mor era comum e se destinava aos homens arregimentados para compor as Companhias de Ordenança em diferentes paragens do Império. Como constatou Caio Prado Jr., estes corpos militares tiveram um papel importante na colônia, não apenas em relação às funções bélicas, mas também para a administração, uma vez que, em localidades ermas, os únicos representantes do poder régio eram os sargentos e capitães-mores (PRADO JR., 2011, p. 344). Entretanto, a patente de Freire de Moura complementava-se com a de regente, tal qual foi feito com o capitão-mor de Campanha da Princesa. O governador se referia a Bento Pereira de Sá, que recebeu a carta patente em 1763, por seu papel na pacificação dos povos indígenas nos distritos do Rio Verde, Sapucaí e Aiuruoca nas fronteiras do atual sul de Minas Gerais (APM. SG. Cx. 125. Doc. 29). O cargo era uma continuidade do Diretório Indígena promovido durante o período pombalino, o próprio governador de Minas Gerais, em 1804, Pedro Xavier de Ataíde e Melo, registrou em carta esta afirmação e completou dizendo que os diretores eram “vulgarmente chamados Regentes” (AHU. Cx. 172. Doc. 13). Isso nos leva a contestar alguns expoentes da historiografia que atribuíram ao reinado de D. Maria uma “viradeira” e afastamento completo das políticas pombalinas.

No mesmo período em que José Pereira foi nomeado por meio de uma carta patente, que o legitimava como diretor do aldeamento de Lorena de Tocoíós, o então capitão-mor também recebeu (entre 1799 e 1801) uma sesmaria no distrito de São Domingos, com três léguas “para continuar a sua cultivação e criação de gados” nas fazendas do Onça e do Douro (APM. SG. Cx. 44. Doc. 15). Entretanto, esse não foi o único ganho do Doutor das Minas Novas. Ainda em 1801, o governador Bernardo José de Lorena enviou à D. Rodrigo de Sousa Coutinho uma relação dos nomes que mereciam o hábito das três ordens militares, entre eles:

o Doutor José Pereira Freire de Moura, que não sendo Membro da Câmara da [Vila] do Bom Sucesso de Minas Novas veio a esta Vila à sua custa,

com o Juiz da Mesma, constituindo Procurador com Documento autêntico, e como tal assinou a Carta que se acha na Real Presença, este sujeito é o mesmo a quem Sua Alteza Real confirmou Capitão-mor Regente dos Índios Camarachós, aldeados na nova Aldeia de Tocoíós, e a quem por inculca do Doutor Joaquim Vellozo de Miranda fizemos nosso correspondente para remessas de Produtos Naturais, pelos seus conhecimentos e curiosidade (AHU. Cx. 156. Doc. 20).

Outrossim, consta na mesma missiva que o advogado foi designado para o cargo de procurador da Câmara, contudo tinha recorrido ao interino, por se encontrar com alguma enfermidade. Seu papel no aldeamento o reposicionou novamente dentro da administração, ainda que não tenha assumido o cargo. De qualquer maneira, a comenda do hábito das três ordens denotava uma mercê, que a Coroa distribuía entre aqueles que se distinguiam nas atividades que contribuía financeiramente para as despesas da Fazenda Real (SILVA, 2007, p. 209). A benesse implicava em privilégios e deveres, entre eles a participação em cerimônias públicas, como o beija-mão ao Príncipe Regente em 1808.

Entre as análises micro e o macro: novos apontamentos

O nome do Dr. José Pereira Freire de Moura aparece com certa frequência nas memórias e pesquisas relativas à região do médio Jequitinhonha e sua conformação territorial no início do século XIX. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos (1758-1815), contemporâneo de Freire de Moura e também suspeito de se envolver com a Inconfidência, foi um dos primeiros a registrar o capitão-mor como uma das pessoas ilustres da capitania, colocando-o como um dos varões beneméritos de Minas Gerais, “não só por seus conhecimentos botânicos e agrícolas, mas também por suas fadigas na civilização dos indígenas” (VASCONCELOS, 1896, p. 447). O escrito de Vasconcelos foi reproduzido quase em sua totalidade, em fins do século XIX, por José Pedro Xavier Veiga, nas *Efemérides Mineiras*, publicada em 1897 (VEIGA, 1897, p. 449).

Já no século XX, foi publicado no ano da morte do bispo João Antônio Pimenta, a obra *Genealogia da Família Figueiredo* (1959), conforme o já citado, com dados disponibilizados por Inácio Carlos Moreira Murta, descendente direto da família Freire de Moura. Após os escritos de Pimenta cristalizou-se a ideia de que José Pereira teria participado da Inconfidência Mineira e como consequência se exilado nos confins do Jequitinhonha. Isso pode ser verificado também na obra de Leopoldo Pereira, de 1969, *O município de Araçuaí*, que se consagrou como uma importante referência para os estudiosos que se dedicam ao médio Jequitinhonha.

Em pouco mais de um século, o nome do Dr. José Pereira passou a ser associado a uma mudança de paradigma que ia para além de sua pessoa. Se antes o capitão-mor era vislumbrado como um varão disposto a enfrentar os “índios bravios” a favor da expansão do Império português, a partir de meados do século XX, seu nome passou a ser associado à Inconfidência Mineira, essa “nobre e patriótica” tentativa de insurreição contra a monarquia. Essa mudança correspondia aos interesses políticos em voga naquele momento. Conforme revelou Júnia Ferreira Furtado em relação ao mito de Chica da Silva, as várias versões sobre a célebre personagem do arraial do Tejuco alteravam-se de acordo com as contingências históricas e sociais (FURTADO, 2003). Nesse sentido, ao associar Freire de Moura aos inconfidentes, os memorialistas do século XX inscreviam-no dentro do escopo republicano. Se no período Imperial a Inconfidência era percebida como uma ameaça a unidade nacional, a partir de 1890, o evento tornou-se significativo para a representação do passado mineiro, cuja pretensão era ser republicano e nacional. Autores como Augusto de Lima, Diogo de Vasconcelos e Nelson de Senna reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), fundado em 1907, consolidaram a ideia do levante como um marco da liberdade e Tiradentes foi alçado a categoria de mártir (CALLARI, 2001).

Com as mudanças historiográficas em meados do século XX e a profissionalização do ofício de historiador, novos métodos, objetos e problemas foram incorporados à História enquanto disciplina. Desta feita, nas primeiras décadas do século XXI, o nome do Doutor das Minas Novas deixou de ganhar ares contemplativos para inserir-se em análises que dialogavam com a configuração territorial do Vale do Jequitinhonha (RIBEIRO, 2013), o papel dos diretores nos aldeamentos indígenas (MATTOS, 2013) e, ainda, no que tange as políticas de Antigo Regime para a concessão de prêmios e mercês (SILVA, 2017). Estes estudos, nos permitem retirar de Freire de Moura a áurea de “varão benemérito” da Capitania de Minas Gerais e realocá-lo como um indivíduo inserido dentro de um amplo contexto social, em busca de distinção e ampliação de suas posses.

O que se pode concluir de toda essa trajetória é que a terra parece ter sido o elemento central que motivou Dr. José Pereira a se instalar nos limites do Jequitinhonha após o suposto envolvimento na Inconfidência Mineira. O Doutor das Minas Novas fixou-se com a família naquelas fronteiras e manteve-se ali até 1814, data de seu falecimento, com provavelmente 74 anos de idade. Os dez filhos com Dona Maria Pereira de Jesus herdaram extensas terras em Tocoíós e se envolveram

em conflitos fundiários na tentativa de manterem seus privilégios na região. A família ficaria conhecida, ainda, pelo primogênito, Carlos Pereira Freire de Moura, que foi eleito bispo de Mariana, mas morreu antes de assumir o posto (TRINDADE, 1943, p. 274). Este, teria se indisposto com as mulheres que recebiam os canoeiros no Pontal (atual Itira) - principal porto de comércio entre as Minas Novas e Belmonte em meados do XIX -, a fuga delas, lideradas por Luciana Teixeira, teria dado início à povoação da atual cidade de Araçuaí, nas margens do ribeirão Calhau. Dentre os legatários destaca-se também, Rita Pereira Freire de Moura, que se casou com Inácio Carlos Moreira Murta e deu origem à prole dos Murtas. A questão fundiária dos descendentes de Freire de Moura dialoga diretamente com a distribuição de terras no médio Jequitinhonha durante o século XIX, especialmente nas atuais cidades de Coronel Murta e Araçuaí. A aliança formada após o enlace com os Figueiredo Murta ainda exigem esforços de pesquisas históricas, principalmente no sentido de compreender o processo de expansão e povoamento dessa área.

Outras questões também precisam ser mais bem aprofundadas, como o papel desempenhado por José Freire de Moura no avanço das fronteiras do Jequitinhonha. Sabe-se hoje que o movimento de expansão territorial foi multidirecional e com possibilidade de reversão e descontinuidade. Márcio Roberto Alves dos Santos indica cinco elementos que estruturaram a ocupação dos espaços luso-brasileiros: o caminho, a sesmaria, a povoação, o posto militar e a missão religiosa (SANTOS, 2017, p. 160). Dessa forma, há de se ter em mente que os processos de territorialização nos sertões não são resultados de uma jornada heroica individual. É importante aprofundar-se, por exemplo, na distribuição de cartas patentes das Minas Novas do Araçuaí e perceber como se deu o avanço militar. A partir de 1798 foram criadas tropas para as regiões do rio Piauí, Gravatá e Maravilha, o que indica outros avanços nas fronteiras do Jequitinhonha ocorrendo simultaneamente ao processo de aldeamento liderado por Freire de Moura (AHU). Esses dados precisam, ainda, ser cotejados com as distribuições de sesmarias do período.

Em fins do século XVIII, os quadros econômicos da Capitania de Minas Gerais passaram por profundas mudanças, a crise mineradora sentida na região central levou os moradores das Minas Novas, bem como de outras regiões, a pressionar a Coroa para explorarem áreas até então tidas como proibidas, como o chamado Sertão do Leste. Assim, a ação de Freire de Moura em instalar-se nos confins do Jequitinhonha estava em consonância com os movimentos multidirecionais de ocupação verificados em várias partes do território de Minas Gerais, norte fluminense, sul da Bahia e no interior do Espírito Santo (ESPINDOLA, 2005). Com a chegada da Corte em 1808, foram introduzidas políticas no intuito de fomentar a ampliação territorial com vistas a dinamizar a economia

e delinear a imagem de um governo central forte, para tal, foi estimulada a abertura de estradas, doações de sesmarias em áreas remotas e alterações significativas na legislação indianista (DIAS, 2005). Incorporado a esse contexto, o Dr. José Pereira tornava-se um dentre os vários interessados naquelas fronteiras.

Os últimos registros encontrados a respeito do Doutor de Minas Novas faziam referência ao aldeamento que tinha lhe conferido o distinto hábito da Ordem de Cristo. Os escritos de 1809, no entanto, não traziam os ares contemplativos de outrora e estavam mais para cobranças, que se interligava a uma mudança de paradigma em torno da política indigenista fomentada após a promulgação da Carta de 13 de maio de 1808, na qual se ordenava uma guerra ofensiva contra os Botocudo. A Junta da Civilização e Conquista dos Índios do Rio Doce – organizada em torno da criação de Divisões Militares nos sertões do leste da capitania de Minas Gerais – começou a questionar os gastos com Lorena dos Tocoíós e problemas disciplinares no interior do aldeamento, tais como a deserção de indígenas e a queima de roças de algodão (APM. SG. 334. F. 11-12v). Pouco antes da morte de Freire de Moura foi iniciado o processo de instalação da 7ª Divisão Militar do Rio Doce, em São Miguel (atual Almenara), demarcando o fim do aldeamento de Tocoíós e o início do processo definitivo de abertura das fronteiras do rio Jequitinhonha (ESPINDOLA, 2005, p. 135; MATTOS, 2013, p. 87).

O resgate do nome do Dr. José Pereira Freire de Moura é um bom ponto de partida para a compreensão do movimento de avanço das fronteiras no atual médio Jequitinhonha, no entanto, conforme alude a micro-história italiana é preciso cotejar os dados arrolados desse personagem com análises macros. Nesse sentido, a conjuntura econômica das Minas em fins do Setecentos desencadeou a pressão dos moradores para a ampliação das fronteiras da capitania, sobretudo nos chamados sertões do Leste, o que ganhou notoriedade após a chegada da Corte em 1808. Uma vez que não estava inserido entre aqueles que foram acusados do crime de lesa-majestade, Freire de Moura passou a explorar as fronteiras, o que lhe gerou a conquista de títulos e terras, beneficiando toda a sua prole, que décadas depois iria compor os quadros políticos do Estado de Minas Gerais.

Por fim, do outro lado do Atlântico, José Pereira Freire de Moura fez-se Doutor, contudo, foi nos confins dos sertões da América portuguesa que ele galgou por seu espaço de distinção dentro de uma lógica corporativista de sociedade, que de modo cambiante cruzava oceanos, mares, rios e sertões.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALENCAR, Ana Cecília Farias de. *Declaro que sou "Dona", viúva e cabeça de casal: mulheres administradoras de bens nos sertões de Quixeramobim (1727-1822)*. Dissertação (Mestrado Acadêmico).

Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2014.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; MOTTA, Márcia Maria Menenzes. Sesmarias. In: MOTTA, Márcia Maria Menenzes. (Org).

Dicionário da Terra. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 427-431.

ARAÚJO, Pedrina Nunes. Da Ibyapaba ao Canindé, alcançando o Parnahiba: A penetração no Sertão e a formação do território colonial do Piauí (XVII e XVIII). *Revista Ars Histórica*. n° 23, p. 27-45, jan/jun.2022.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. ANTIGAS LUTAS, NOVOS CENÁRIOS: A ELITE PIAUIENSE E A INDEPENDÊNCIA. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 20, n. 1, p. 133-140, 2002.

CAMPOS, Marize Helena de. *Senhoras Donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)*. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo- USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. FFLCH, 2008.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*. São Paulo, N° 168, p. 167-200, jan/jun 2013.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Donas de terras: sesmeiras na capitania do Rio Grande setecentista (1700 – 1750). In: *Anais do V Encontro Estadual de História*, 2012, Caicó. Natal: EDUFURN, 2012.

FONSECA, Rodrigo Gerolineto. A " NOBREZA DA TERRA": a constituição de uma elite local na capitania de São José do Piauí- do final do século XVII ao final do século XVIII. *Revista Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História*, v. 9, n. 14, p. 197-221, 2012.

MAGALHÃES, Leiliane Kecia. Mulheres que solicitaram terras na capitania do siará grande: detentoras de posses, de aliados, de inimigos e de proteção régia. *Revista Historiar*. Vol. 13. N°. 25, p. 12-23, jul./dez. de 2021.

MAGALHÃES, Leiliane Kecia. Tiadozia da Rocha por “enganar” o juiz, perde suas terras: o gênero e o sistema sesmarial na capitania do Siará Grande. *Revista Margens, Poder e Insurgência na América Latina*. Vol. 15. N. 24, p. 153-163, jun. 2021.

_____; FIGUEIREDO, Luciano (org). *O pasquim do Calambau: infâmia, sátira e o reverso da Inconfidência Mineira*. São Paulo: Chão Editora, 2022.

BOXER, C.R. *O império marítimo português: 1415-1825*. Reimp. Lisboa: Edições 70, 2011.

COLLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção de Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 40, p. 59-82, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2005.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1989.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

MATTOS, Izabel Missagia de. Povos em Movimento nos sertões do Leste. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *A província de Minas Gerais*, 1. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal (1750-1808)*. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Genealogias da Zona do Carmo*. Estabelecimento Gráfico “Gutenberg”. Irmãos Penna & C: Ponte Nova, 1943.

PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens: Garimpo, contrabando e violência no sertão diamantino (1768-1800)*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

PEREIRA, Leopoldo. *O município de Araçuaí*. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1969.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PIMENTA, João Antônio (Arqueólogo). *Genealogia da Família Figueiredo*. Belo Horizonte, 1959.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e Fronteiras: conquista e ocupação do Sertão Baiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Coroa e a remuneração dos vassallos. In. RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas*, 1. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Parte inédita da monográfica do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos sobre a Capitania de Minas Gerais, escrita no primeiro decênio do presente século*. Cap. 12. Pessoas Ilustres da Capitania. Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ouro Preto, ano/vol. 1. N^o 103, 1896.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides Mineiras (1664-1897)*. V. 4. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897.

Resumo

O objetivo deste artigo é perpassar por momentos distintos da vida do Dr. José Pereira Freire de Moura, tido como um dos principais responsáveis pelo processo de avanço das fronteiras do Jequitinhonha (MG) em fins do século XVIII. À luz da micro-história, optou-se por utilizar o *nome* como fio condutor para as análises e recuperar a proposta de Edoardo Grendi acerca do *universo relacional*, que diz respeito aos diferentes estágios da trajetória desse indivíduo, articulando-os ao contexto social do período. Advogado, capitão-mor, homem bom, fazendeiro, “inconfidente” e regente dos “Índios Camarachós [sic]” foram algumas facetas desse personagem, que desempenhou vários papéis em busca de distinção social e posse latifundiária nas Minas Novas do Araçuaí.

Palavras-chaves:

Micro-história, Vale do Jequitinhonha, José Pereira Freire de Moura, Inconfidência Mineira, Fronteiras Coloniais

Abstract:

The aim of this article is to look at different moments in the life of Dr. José Pereira Freire de Moura, considered to be one of the main people responsible for the process of advancing the frontiers of Jequitinhonha (MG) at the end of the 18th century. Through micro-history, it was decided to use the name as a guiding thread for the analysis and to recover Edoardo Grendi's proposal about the relational universe, which refers to the different stages of this individual's trajectory, linking them to the social context of the period. Lawyer, captain-major, good man, farmer, "inconfidente" and regent of the "Camarachós [sic] Indians" were some of the facets of this character, who played various roles in search of social distinction and land ownership in the Minas Novas do Araçuaí.

Keywords:

Microhistory, Jequitinhonha Valley, José Pereira Freire de Moura, Inconfidência Mineira, Colonial Frontiers

RECEBIDO: 23/12/2023

ACEITO: 20/01/2024

FABRÍCIO LUIZ PEREIRA

Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente é discente de Doutorado na mesma Instituição. Professor EBTT no Instituto Federal Fluminense *Campus* Bom Jesus do Itabapoana.

Contato: fabriciopl87@gmail.com.

ORCID: 0000-0001-6913-5024.